

Clipping n° 842

, 01 Agosto 2011 - 11:12:32

ECONOMIA I A indústria da construção terminou o primeiro semestre do ano em crescimento, de acordo com a Sondagem Indústria da Construção, divulgada nesta quarta-feira, 28.07, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo. O aumento do nível de atividade do setor em junho na comparação com o mês anterior foi o segundo consecutivo no ano. Desde o final de 2010 que o setor não apresentava dois meses seguidos de alta na atividade.}

ECONOMIA II O indicador de atividade ficou em 52,4 pontos em junho ante maio, numa escala de zero a 100 pontos, em que 50 indica estabilidade e números acima disso demonstram crescimento. Em maio, havia sido de 53,1 pontos. O ritmo de atividade não foi tão alto como no mesmo período do ano passado, mas já mostra uma recuperação em relação ao primeiro trimestre, quando houve arrefecimento, principalmente por conta da política de restrição de crédito adotada pelo governo. , analisou o gerente-executivo da Unidade de Pesquisa da CNI, Renato da Fonseca.

ECONOMIA III Principais problemas- A falta de trabalhador qualificado se manteve como o principal problema do setor em junho, independente do porte da empresa, de acordo com os empresários ouvidos pela Sondagem Indústria da Construção. O que chamou a atenção na pesquisa, segundo Renato da Fonseca, foi o aumento do número de respostas sobre o alto custo da mão-de-obra, que passou a ser o terceiro maior problema do setor, com 40,4% de respostas entre as grandes empresas, 31,9% entre as médias e 32,3% entre as pequenas. Fonte: Assessoria de Imprensa da CNI

TRANSPORTE I A NTU, Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbanos, defende no primeiro Seminário de Tecnologias Sustentáveis no Transportes a adoção de alternativas energéticas e projetos que envolvam combustíveis sustentáveis. Na avaliação do presidente da entidade, Otávio Vieira da Cunha, para que sejam alcançadas soluções adequadas para o trânsito e o meio ambiente, principalmente nos centros urbanos, é preciso estimular a população a usar o transporte coletivo. Paralelamente, também devemos oferecer melhores condições no transporte de ônibus, implantando os sistemas BRT, explica Otávio.

TRANSPORTE II A NTU busca e apoia todas as soluções adequadas à mobilidade urbana que envolvam as características da responsabilidade ambiental. A entidade defende o uso de ônibus equipados com o motor padrão Euro5. Por ser menos poluente, contribuem para a redução dos gases de efeito estufa CO2, finaliza o executivo. Fonte: Assessoria de Imprensa da NTU

Diário do Pará aposta em sustentabilidade e opta por chapas sem processo

Uma das principais empresas jornalísticas do norte do Brasil, o Diário do Pará, parte da Rede Brasil Amazônia de Comunicação, a primeira no Brasil a usar impressão UV e a primeira da região norte a instalar um CtP, anuncia a instalação de um CtP Kodak Trendsetter News, com o uso de chapas térmicas da Kodak que dispensam qualquer processo químico. (O

CtP Kodak, que entrou em funcionamento em 21 de julho, oferece alta produção e otimiza a produção sustentável por meio das chapas digitais sem processo Kodak PF-N. O jornal tem tiragem de 36 mil impressos nas edições semanais, e 45 mil impressos aos domingos. Abigraf

Tilibra recebe homenagem por ser a primeira empresa bauruense a adquirir plano de saúde para funcionários

Em comemoração aos seus 40 anos de história, a Unimed Bauru organizou, no último dia 22 de julho, um evento no qual estiveram presentes representantes da Unimed Brasil, da Federação das Unimeds do Centro Oeste Paulista, médicos cooperados de Bauru, colaboradores, empresas parceiras, imprensa e empresários convidados da instituição. Na ocasião, a Tilibra foi homenageada por ter sido a primeira da cidade a adquirir plano de saúde para seus funcionários. O mérito foi recebido pelo presidente da Tilibra, Rubens Ferreira Passos. Abigraf

Editoras faturam com as vendas avulsas de revistas

Não só de publicidade vivem as revistas. Algumas delas, pelo menos. Nesses casos, lucram com a venda avulsa. A Editora Alto Astral ocupa o segundo lugar no mercado editorial em vendas avulsas e projeta novos investimentos em outros segmentos, principalmente em títulos voltados ao público feminino, uma de suas principais áreas de atuação. São cerca de 24 lançamentos periódicos mensais e dois periódicos semanais, além de anuais e títulos especiais nos 14 segmentos com os quais a editora trabalha. Em 2008, o lançamento da revista Shape, com foco em saúde, beleza e bem-estar, foi o mais importante da editora. Ainda para este ano, a previsão é de que pelo menos mais um novo título feminino seja lançado no mercado. O estouro das vendas da Alto Astral se reflete em expansão com diversificação, que inclui o investimento em produtos licenciados direcionados ao público infantil. A distribuição do Livro Ilustrado da Barbie, por exemplo, é uma aposta da editora que envolve o lançamento com uma grande campanha: anúncio em TV aberta e fechada, material de PDV, sampling em escolas e nas revistas infantis da casa, sampling em lojas C&A e Ri Happy, além de ações na internet e divulgação em parceria com a Mattel. Veja matéria na íntegra em: <http://portaldacomunicacao.uol.com.br/graficas-livros/44/artigo215432-1.asp> Revista Negócios da Comunicação

Instituto de Embalagens lança Guia de Embalagens para Produtos Orgânicos

Diante da crescente importância do mercado de produtos naturais, frescos, orgânicos ou biodinâmicos, o Instituto de Embalagens lançou o Guia de Embalagens para Produtos Orgânicos com o objetivo de apresentar a importância da embalagem adequada para produtos orgânicos. A publicação destinada aos fabricantes de produtos orgânicos enfatiza ainda o papel da embalagem na valorização do produto orgânico, apresentando-o de forma diferenciada e alinhada à proposta cuidadosa do produto e dentro do mesmo conceito de saudável e seguro. Com uma linguagem simples o conteúdo traz em 160 páginas, uma ampla abordagem sobre o universo de orgânicos, desde os números do setor, a sua relevância, os tipos de embalagens, design, materiais, processos e máquinas, até as questões de sustentabilidade, como certificações ambientais, rotulagem, simbologia ambiental, a recém-aprovada Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A capa da publicação apresenta linguagem braille e papelcartão certificado com selo FSC (Conselho Brasileiro de Manejo Florestal). Portal Abre

Encargos sociais e desoneração da folha de pagamentos - revisitando uma antiga polêmica

De tempos em tempos, volta à tona o debate sobre a questão dos encargos sociais no Brasil. O tema polariza opiniões e constitui-se em importante divisor de águas quando são discutidas alternativas de políticas de emprego e renda. Mais recentemente, o debate tem sido colocado em torno da proposta de desoneração da folha de pagamentos, como forma de redução de custos das empresas e aumento de sua competitividade internacional, num cenário de forte valorização do real frente ao dólar.

De um lado, alinham-se os que consideram muito elevados - 102% - os encargos sociais que as empresas brasileiras pagam sobre os salários. "O Brasil tem uma elevada incidência de encargos trabalhistas sobre a folha de pagamento, ou seja, um empregado custa para o empregador duas vezes o valor de seu salário" (CNI, 1993).

Essa situação inibiria o aumento do emprego formal e colocaria o Brasil em situação desfavorável na comparação internacional. De outro, estão os que consideram que os encargos representam pouco mais de 1/4 da remuneração total recebida pelo trabalhador, argumentando que uma grande parcela do que se costuma chamar de encargo social é, na verdade, parte integrante da própria remuneração.

Há, também, grande controvérsia quanto ao impacto que uma eventual redução dos encargos sociais teria sobre o mercado de trabalho, em termos de nível e qualidade do emprego.

Para alguns, a magnitude e a rigidez dos encargos sociais existentes no Brasil seriam, em grande medida, responsáveis pela dificuldade de ampliação do número de empregos e pelo elevado grau de informalização dos vínculos de trabalho. O peso excessivo dos encargos sociais e a impossibilidade de sua flexibilização, em casos de redução de atividade econômica, levariam as empresas a uma atitude conservadora na criação de novos postos de trabalho ou à alternativa de utilização de mão de obra informalmente contratada.

Para outros, fatores inibidores do crescimento do emprego muito mais importantes que o peso dos encargos sociais estariam situados em outra esfera, relacionada às condições macroeconômicas que dificultam o investimento e a demanda interna: altas taxas de juros, arrocho monetário, arrocho fiscal, ausência de políticas setoriais consistentes e ambiente de incerteza econômica.

Prova disso é que, após duas décadas de crescimento econômico rápido e aumento explosivo das taxas de desemprego no Brasil, a retomada de um crescimento mais sustentado, com redução das taxas de juros e ampliação do crédito como a verificada nos últimos anos, fez crescer fortemente o emprego formal e reduzir drasticamente as taxas de desemprego. A média anual da taxa metropolitana de desemprego total em seis regiões metropolitanas pesquisadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) reduziu-se de 20,8%, em 2003, para 12,3%, em 2010. No mesmo período, quase 9 em cada 10 empregos criados foram formais, ou seja, com carteira assinada.

O que é salário e o que são encargos sociais

Nessa polêmica acerca dos encargos sociais, existem duas interpretações principais.

Uma delas é de grande aceitação entre os empresários e alguns círculos acadêmicos que exercem influência destacada sobre o pensamento empresarial. A partir de um conceito restrito de salário, chega-se à conclusão de que os encargos sociais no Brasil são elevados e atingiriam mais de 100% da folha de pagamentos. Segundo essa visão, defendida enfaticamente pelo professor José Pastore², destacado assessor empresarial, "o Brasil é um país de encargos altos e salários baixos, o que faz o trabalhador receber pouco e custar muito para a empresa". De acordo com essa interpretação, um trabalhador contratado por R\$ 1.000,00 custaria R\$ 2.020,00 para a empresa, por conta dos encargos sociais.

A segunda interpretação, adotada pelo DIEESE e por pesquisadores da Universidade de Campinas (Unicamp), conclui que o peso dos encargos sociais é de 25,1 % sobre a remuneração total do trabalhador. Por esse raciocínio, salário é a remuneração total recebida integral e diretamente pelo trabalhador como contraprestação pelo seu serviço ao empregador. Essa remuneração é subdividida em três partes, a saber:

" salário contratual recebido mensalmente, inclusive nas férias;

" salário diferido (ou adiado), recebido uma vez a cada ano (13º salário e 1/3 de férias);

" salário recebido eventualmente (FGTS e outras verbas rescisórias).

Todas essas partes constituem aquilo que o trabalhador "põe no bolso", seja em dinheiro vivo, ou na forma de uma espécie de conta-poupança aberta em seu nome pelo empregador (o FGTS, que constitui um patrimônio individual do trabalhador). Acesse a íntegra do trabalho aqui ou direto no site do DIEESE: www.dieese.org.br.

Jorge Caetano Fermino